



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15575 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DOS EDUCADORES ANÍSIO TEIXEIRA E ISAÍAS ALVES (1925-1964)

Edna Telma Fonseca E Silva Vilar - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Agrícia Rafaela Santos de Souza - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Fernanda Freitas Caldas - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq/PIBIC - UFBA/PIBIC

CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO DOS EDUCADORES ANÍSIO TEIXEIRA E ISAÍAS ALVES (1925-1964)

Autor(a) ^[1]

Coautor(a) ^[2]

Coautor(a) ^[3]

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação se constitui como núcleo das práticas que compõem a cultura escolar, visto que está diretamente relacionada ao processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, é possível dizer que as concepções de Avaliação podem favorecer ou não tais processos, considerando que orientam as práticas educacionais.

À vista disso, a avaliação tem sido objeto de estudo de investigações, sobretudo, em perspectiva histórica (Sousa, 1995; Catani, 2012; Villas Boas, 2022). Tais estudos apontaram que a concepção de Avaliação transita entre argumentos construídos com base em pressupostos psicométricos e meritocráticos com

finalidades de medir e classificar; à processos de retroinformação (Sousa, 1995), sobretudo com a Lei 5.692/71, ainda que com muitas permanências ao que se propõe como mudanças. Contudo, este trânsito não se deu de maneira linear, de forma que tais concepções, coexistem ainda hoje em proposições expressas em legislações, políticas educacionais e discursos ditos “especializados”.

Nesse viés, desenvolveu-se a pesquisa intitulada “A avaliação escolar na Bahia em perspectiva histórica (1924-1964): agentes, concepções e práticas” por meio dos planos de trabalho: 1) “Práticas de Avaliação Escolar na Bahia nas décadas de 1920 a 1960”; 2) “Concepções de Avaliação dos Educadores Anísio Teixeira e Isaías Alves”, ambos financiados por meio de bolsa de iniciação científica às estudantes-pesquisadoras.

No recorte que se apresenta neste texto, objetivou-se discutir acerca das concepções de Avaliação dos educadores, Anísio Teixeira e Isaías Alves em suas aproximações e distanciamentos; considerando-se que ambos atuaram, conjuntamente, na Bahia e no Rio de Janeiro, exercendo cargos ou funções em que se pronunciaram acerca da avaliação, tendo sido seus discursos, à época, amplamente divulgados e reconhecidos.

Nessa perspectiva, o recorte temporal da pesquisa compreende o período de 1924 a 1964, sendo delimitado o marco inicial ao ano que Anísio Teixeira ocupa o cargo de Inspetor Geral do Ensino na Bahia, contando com a participação de Isaías Alves no movimento dos testes; e o marco final, pelo último ano em que Anísio esteve à frente do INEP e suas relações entre a educação no Brasil e na Bahia se interconectam.

Assim sendo, a pergunta de base à investigação foi: “Qual(is) concepções de Avaliação embasaram as atuações dos educadores Anísio Teixeira e Isaías Alves e quais aproximações e/ou distanciamentos são identificados em sua (pro)posições?”

2 DESENVOLVIMENTO

A investigação do tipo histórico-documental foi desenvolvida com procedimentos de localização, seleção e análise de documentos (Aróstegui, 2006), mas também com recurso a pesquisa bibliográfica. Segundo esclarecem Almenara e Rodrigues (2018, p. 115) no desenvolvimento desse tipo de pesquisa,

[...] o pesquisador pode recorrer a pesquisas já existentes sobre seus documentos - ou semelhantes - tendo a pesquisa bibliográfica como auxiliar em seu trabalho, mas sem abandonar o foco da pesquisa documental.

O corpus analítico da pesquisa foi constituído por documentos diversos, tais como: Relatórios, Legislação Nacional e do Estado da Bahia, discursos publicados em revistas ou destacados de fontes produzidas pelos sujeitos em tela, a exemplo de livros, artigos. Tais fontes foram localizadas em arquivos físicos das Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia - UFBA, por meio do site Pergamum/UFBA e nos seguintes acervos digitais: Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do INEP e o Repositório de Conteúdo Digital (RCD) do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática (GHEMAT), uma vez que tivemos dificuldades para acessar documentos dos arquivos físicos, tanto no Arquivo Municipal de Salvador quanto no Arquivo Estadual da Bahia.

Os procedimentos metodológicos, desdobraram-se em quatro etapas: 1) Idas aos arquivos públicos, pesquisa em repositórios digitais e nas bibliotecas da UFBA com o objetivo de ampliar o levantamento documental para a investigação; 2) Leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa dos documentos levantados; 3) Análise dos documentos, tendo como centralidade as seguintes palavras-chave: avaliar, examinar, test(ar), aprovar, reprovar, rendimento e aproveitamento; 4) Produção de fichas analíticas dos documentos selecionados com informações como: autoria, ano de publicação e localização.

Vale destacar que os acervos digitais são cruciais para as pesquisas de caráter histórico-documental, proporcionando acesso a diversas fontes, visto que a digitalização preserva materiais frágeis e valiosos, protegendo-os do desgaste físico enquanto os torna acessíveis a um público mais amplo. Outrossim, os acervos digitais apresentam ferramentas de busca avançadas, facilitando a localização de informações específicas.

2.1 Resultados e discussão

Considerando o recorte temporal da pesquisa, destaca-se o movimento voltado a (re)organização da educação na Bahia, que contou com a participação de Anísio Teixeira como Inspetor Geral do Ensino (1924-1928) e de Isaías Alves (1928), convidado a ministrar cursos aos professores primários acerca do assunto “testes”. Tal movimento esteve orientado pela propagação de uma Pedagogia Científica e da Psicologia experimental, cujo foco estava na criança com discussões ocasionadas pelo também movimento da escola nova.

O educador baiano, Isaías Alves, em uma entrevista dada ao jornal carioca *A Noite* (23/06/1927) que:

Os tests de inteligência constituem o mais importante problema prático da educação contemporânea. Os Estados Unidos como a Alemanha o têm resolvido em perseverante esforço, com surpreendente resultado. O test mental propriamente é a chave da admissão de candidatos a todas as atividades do paiz. [...] Para exame da capacidade intelectual das crianças, em regimen escolar, a pedagogia americana universalizou o test mental de Binet, estandardizado várias vezes por governos e universidades (Alves, 1927, f.1).

Ainda nesse período, em Relatório apresentado ao governador Dr. Francisco Marques de Góes Calmon, em 1928, afirmou Anísio Teixeira:

Não é suficiente, porém, um programa escolar devidamente organizado. É indispensável um sistema de medidas dos resultados escolares, seguro e objetivo. Ora, na escola pública, esse sistema ainda tem a sua base nas notas mensais e nos exames, umas e outras fundados na opinião do professor. Não é de admirar que os conhecimentos e progressos dos alunos sejam muito precariamente medidos e que ainda avulte tão extraordinariamente o número dos que repetem o ano. Em vez dos exames e das simples notas a juízo do professor, impõe-se a aplicação de tests bem construídos e bem estandardizados, por meio dos quais, se possam aferir os progressos do escolar bahiano. Só por esse meio é, hoje, possível, não só organizar o trabalho do professor e inspecionar a execução de um programa, como evitar julgamentos extravagantes dos alunos. Por meio dos tests de escolaridade, o progresso do escolar se poderá fazer com perfeita consciência do professor, que, assistido pela diretoria, poderá controlar todo o seu trabalho no sentido de um progresso global da classe. A organização das medidas objetivas dos resultados escolares é uma outra face, apenas, do problema do curriculum escolar. E, também, para essa imprescindível responsabilidade da repartição central do serviço, tem faltado até hoje os quadros e os elementos necessários (Teixeira, 1928, p. 25-6).

Mediante o excerto, observa-se que Anísio Teixeira reafirma apoiar a utilização dos testes, anteriormente apontada por Isaías Alves, por acreditar ser uma forma objetiva e justa de “aferir” os resultados em que, teoricamente, há neutralidade em relação à opinião do professor, assim evitando julgamentos extravagantes para com os alunos. Outrossim, percebe-se o uso do termo “aferir”, historicamente associado à concepção de Avaliação como medida, contudo destaca-se no excerto a finalidade de atingir um progresso global da turma

Vale ressaltar, entretanto, a seguinte justificativa de Isaías Alves para o uso dos testes mentais para organização das turmas:

[...] o critério da idade cronológica faz reunir, no mesmo grau escolar, meninos das mais diversas possibilidades intelectuais, prejudicando-os reciprocamente, se não se fizer na escola [tradicional]. Nela os meninos são promovidos por semestres, por anos, e alguns até por dois anos, o que produz o adiantamento de uns e o retardamento de outros, naturalmente conforme sua inteligência. Neste sistema, os meninos vão progredindo conforme os trabalhos escolares que apresentam e que revelam sua habilidade. Agora reflitamos. Se esses meninos brilhantes que conseguem rápida promoção forem logo desde a entrada na escola colocados num curso correspondente à sua inteligência, não

se evitará a perda de tempo gasto nos graus inferiores, e o natural reparo e ciúme ou inveja dos demais alunos do curso, e ainda certa vaidade de que se apoderam os meninos mais talentosos, quando insuflados por excessivas honorarias dos mestres? (Alves, 1930, p. 198- 199).

Segundo Rocha (2010), a defesa de Isaías Alves em relação aos testes mentais se embasava na busca por solucionar as dificuldades resultantes de um sistema escolar heterogêneo. Logo, “[...] cabia elaborar um sistema que facilitasse o trabalho do professor, dividindo as crianças não só em grupos que fossem relativamente homogêneos quanto à idade, mas também em relação ao nível de inteligência”.

Ou seja, seu argumento pautava-se na compreensão de que dentro de uma mesma faixa etária, reúnem-se pessoas de possibilidades intelectuais diferentes, prejudicando tanto o “estudante brilhante”, preso a uma turma somente em função da idade; como também aqueles que não teriam condições de aprender os mesmos conteúdos, mas são obrigados pela mesma razão. Assim, em sua opinião, organizar os estudantes, em classes homogêneas, considerando sua capacidade intelectual, poderia evitar transtornos relacionados à perda de tempo, às questões de competitividade, baixa autoestima dos discentes tidos como de “grau inferior” e a vaidade dos alunos tidos como “talentosos”.

Portanto, enquanto Anísio Teixeira buscava maneiras de solucionar as desigualdades entre os sujeitos para que fosse possível promover um progresso global da turma, Alves tinha uma postura determinante no que se refere ao que o sujeito pode ou não aprender, tendo como objetivo classificar os estudantes para organizar turmas homogêneas e, assim, facilitar o trabalho do professor. Ressalta-se, entretanto, que apesar deste distanciamento entre os dois educadores, no que diz respeito à finalidade dos testes; Isaías Alves, atuou em 1928 nos cursos de férias de aprimoramento ao professorado, durante a gestão de Anísio, tratando do assunto “Medida dos resultados escolares”.

Acerca da atuação de Anísio Teixeira no Distrito Federal, este educador, já se posicionou sobre o problema do rendimento da escola pública, demonstrando-se sensível ao decorrente fracasso escolar. Nessa perspectiva, pronunciou-se

Não basta haver escolas para os mais capazes, é indispensável que haja escolas para todos. Não basta haver escolas para todos, é indispensável que todos aprendam.

Não é difícil avaliar quanto a modificação veio influir no conceito de rendimento da escola. Antes, dado o caráter seletivo, a reprovação era quase o índice da qualidade do ensino. Se muitos falhassem, queria isto dizer que os critérios de julgamento eram realmente eficientes e se estava depurando, para a

formação das elites intelectuais e profissionais, a fina flor da população.

Se, porém, a escola tem o dever de ensinar a todos, porque todos precisam dos elementos fundamentais da cultura para viver na sociedade moderna, o problema se inverte. Aluno reprovado significa não já êxito do aparelho selecionador, mas fracasso da instituição de preparo fundamental dos cidadãos, homens e mulheres, para a vida comum (Teixeira, 1935, p. 74).

Ao questionar o papel da escola e do ensino nesse contexto, Anísio ressalta a também responsabilidade da escola pelo fracasso da aprendizagem do aluno. Contudo, os exames continuavam tendo um papel importante para Anísio Teixeira.

Contudo, Rocha (2011, p. 27), pondera que enquanto Anísio “pensava as mudanças a partir das pesquisas e estatísticas, analisando os problemas com ênfase numa base sociológica; Isaías Alves via nas pesquisas psicológicas o caminho ideal”. Tal afirmação confirma-se através da enunciação de Anísio Teixeira em 1957, em que o educador demonstra certa mudança em seus posicionamentos, reconhecendo as limitações do uso dos testes de inteligência:

Se, porém, ao contrário, tomarmos esse recurso parcial de diagnóstico mental como uma regra educativa e quisermos homogeneizar rigidamente os grupos de QI idêntico ou aproximado e proceder uniformemente com todos os seus componentes, não estaremos obedecendo à complexidade total da situação prática educativa e muito menos a nenhuma “ciência de educação,” pois esta não reconheceria tal classificação como válida, reconhecendo hoje que a situação é totalmente empírica, incluindo fatores entre os quais o QI é apenas um só complexo da situação “aluno-professor-grupo-meio” em que se encontra o aprendiz (Teixeira, 1957, p. 264-265).

No entanto, como nas primeiras décadas do século XX, Anísio Teixeira continuou concordando com a utilização de testes. A diferença é que o educador passa a reconhecer tais testes apenas como um “[...] dado básico e jamais a regra final de operação” (Teixeira, 1957, p. 265), enquanto antes os enxergava como a única solução para medir os conhecimentos e progressos dos alunos (Teixeira, 1928). De acordo com Nunes (2010, p. 23-4) ao considerar a avaliação da aprendizagem como inerente a escola, Anísio “[...] abriu espaço para recolocar a avaliação como prática suscetível de crítica no seu processo, mediante seus resultados, relativizando o valor dos testes tão defendidos por Lourenço Filho e Isaías Alves”.

Conclui-se que, embora Anísio Teixeira tenha se pronunciado em defesa dos testes, sua concepção se afasta da concepção de Isaías Alves, uma vez que não os considera como um instrumento/procedimento capaz de solucionar sozinho os

problemas recorrentes da prática educativa, sendo necessário utilizar todos os conhecimentos científicos existentes, sem perder de vista que o que se busca é a “formação e progresso humano” do indivíduo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos discursos dos educadores Anísio Teixeira e Isaias Alves, compartilhando da defesa de um paradigma psicométrico, o que os aproxima em termos de concepção de avaliação como medida, pode-se afirmar que tal concepção se distancia em seus discursos pela visão de não culpabilização dos sujeitos por suas deficiências de aprendizagem, mas que reconhecidas era preciso agir em busca dos meios para superá-las.

Tendo como referência os paradigmas/dimensões da avaliação (Guba e Lincoln, 1989) pode-se afirmar que a concepção de Isaias Alves estava fortemente vinculada a concepção de “Examinar” pelas características de seleção e classificação que defendia; assim como a concepção de Anísio transitou do paradigma da Avaliação como medida ao paradigma da Avaliação como descrição, dada a sua preocupação com os objetivos sistematizados e a dimensão da prática do/a professor/a em prol da aprendizagem do aluno, ainda que o uso dos testes tenham sido tão defendidos. Assim, as finalidades atribuídas aos testes por estes educadores, tornam-se um aspecto de distanciamento entre suas concepções.

Outrossim, a implementação dos testes na Bahia, utilizados desde a primeira Gestão de Anísio Teixeira e permanecendo em vigor na gestão de Isaias Alves, explicita que a atuação de ambos, gerou desdobramentos em termos de uma concepção de avaliação de/para atuação docente, reduzindo-se o papel do professor a mero executor ou aplicador das inovações planejadas pelos especialistas, o que se estendia para as provas, incluindo-se as normativas e as orientações de tipos e formatos de questões, conteúdos mínimos, bem como a aplicação e “correção” das provas.

Palavras-chave: História da Educação; Testes; Concepções de Avaliação; Rendimento Escolar.

REFERÊNCIAS

ALMENARA, G. V. R; RODRIGUES, R. B. Pesquisa científica: tipologias predominantes. LIMA, P. G; PEREIRA, M. C. (Org.). **Pesquisa científica em ciências humanas: uma introdução aos fundamentos e eixos procedimentais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018, p. 115-129.

ALVES, I. **Testes mentaes, ensino prático e verbalismo**. Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, Rio de Janeiro, n. 2, p. 44-48, 1930.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica. Teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

CATANI, D. B. **História das Práticas de Avaliação no Brasil (Projeto de Pesquisa)**. CNPq, 2012.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Y. S. **Fourth Generation Evaluation**. Newbury Park, California: Sage Publications, 1989.

NUNES, C. **Anísio Teixeira**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ROCHA, A. C. S. M. **Isaías Alves através de seu arquivo pessoal: possibilidades de leitura**. Revista Mosaico, v. 2, n. 3, 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62789>. Acesso em: 14 dez. 2023. Acesso em: 11 jul. 2024.

ROCHA, A. C. S. M. **O que fazer com os rudes? Isaías Alves e as divergências sobre o papel da inteligência na organização escolar (1930-1942)**. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. 2011.

SOUSA, S. M. Z. L. **Avaliação da Aprendizagem nas pesquisas no Brasil de 1930 a 1980**. Caderno de Pesquisas, São Paulo, n. 94, p. 43-49, ago. 1995.

TEIXEIRA, A. Ciência e Arte de Educar. In: ROCHA, J. A. de L. (org.). **Anísio em movimento**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 257-273.

TEIXEIRA, A. **Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia**. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. 123p.

TEIXEIRA, A. **Educação Pública. Administração e Desenvolvimento. Relatório do Diretor Geral do Departamento de Educação.** Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Departamento de Educação, 1934

VILLAS BOAS, B. et al. **Avaliação das aprendizagens em livros: 1960 a 2020.** Curitiba: CRV, 2024

[1] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[2] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[3] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.